



Centro Universitário de Brasília

**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS**

**CURSO: PSICOLOGIA**

***CAPACIDADE DE RESILIÊNCIA  
EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL***

**FABÍOLA DE OLIVEIRA SILVA**

**BRASÍLIA  
JUNHO/2004**

**FABÍOLA DE OLIVEIRA SILVA**

***CAPACIDADE DE RESILIÊNCIA  
EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL***

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à disciplina Monografia do  
Curso de Psicologia da Faculdade de  
Ciências da Saúde do Centro de Ensino  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof.º Dr. Maurício S. Neubern

**Brasília, 17 de junho de 2004**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Dalci e Joaquim, por acreditarem e investirem em minha formação profissional.

À minha irmã, Fernanda, sempre disposta a ouvir meus constructos pessoais acerca da Psicologia.

Ao meu namorado, Samuel, pelo acompanhamento constante e direto na elaboração deste trabalho.

À Dinda pelo carinho e apoio.

Ao professor Dr. Maurício Neubern pela orientação dispensada e por acreditar na relevância do tema aqui apresentado,

À professora Suzana Joffilly, que despertou em mim o interesse em aprofundar meus conhecimentos sobre resiliência.

A todas as crianças e adolescentes que, mesmo vítimas da violência sexual, vivem em busca de resignificarem suas vidas.

Aos psicólogos que, diante da vitimização sexual infantil, valorizam as habilidades que seus clientes têm para superarem os traumas deixados por tamanha violência.

## RESUMO

Este trabalho propõe-se a abordar a capacidade de superação que crianças e adolescentes têm frente ao abuso sexual cometido por um membro da família. Para alcançar os objetivos propostos, dividiu-se a estrutura da pesquisa em três capítulos. O primeiro visa compreender o homem em seu contexto familiar e social, sujeito às modificações que lhe são impostas e participante e influenciador do que ocorre em sua rede social. Tal análise é feita para compreender que os problemas vividos por uma pessoa estarão relacionados às relações estabelecidas e construídas ao longo de sua vida. O segundo capítulo descreve uma visão geral da violência, com um breve histórico das violências cometidas contra crianças e adolescentes ao longo da história mundial, até chegar à violência sexual intrafamiliar, sua dinâmica e consequências. Por fim, o terceiro capítulo aborda a temática resiliência frente ao abuso sexual intrafamiliar e uma proposta terapêutica à luz do pós-modernismo, que sugere a idéia de construção dos sentidos e da realidade, frente às adversidades.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>V</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. UM OLHAR SOBRE O ABUSO SEXUAL .....</b>	<b>4</b>
2.1 “O homem inserido na rede social” .....	4
2.2 “Violência e sexualidade” .....	9
2.2.1 Considerações gerais sobre a violência .....	9
2.2.2 Breve histórico acerca de violências cometidas contra crianças e adolescentes .....	11
2.2.3 Noções gerais de violência sexual .....	15
2.2.4 Dinâmica da violência sexual intrafamiliar .....	18
2.2.5 Conseqüências da violência sexual .....	20
2.3 “Resiliência” .....	24
2.3.1 Abordagens teóricas sobre resiliência .....	24
2.3.2 Construção de sentidos e da realidade – uma proposta terapêutica .....	30
<b>3. CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil intrafamiliar, apesar de ser um fenômeno sempre presente na sociedade, tem tido, atualmente, grande visibilidade, principalmente pela crescente estatística apresentada na mídia, como a apontada pela Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, 2002) que estima em média 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia, e que em grande parte o abusador é um membro da família. Tais fatos acabam mobilizando a sociedade de forma geral para o tema.

No entanto, apesar dessa grande publicidade em torno do assunto, deve-se destacar, também, as séries de complexidades que a temática envolve, seja o fato de encarar o abuso sexual como um fantasia infantil, seja dificuldades de discuti-lo, avaliá-lo por ser considerado um assunto tabu. Além das dificuldades de buscar alternativas de ações e medidas de prevenção, atendimento e responsabilização, devido a pouca revelação (denúncia) dessa prática (Santos, 2002).

Muitas vezes, o fato do abusador ser um integrante da família, as denúncias não são feitas devido o medo de revelar as pessoas que tamanha atrocidade venha de dentro do próprio seio familiar. Sem contar, também, que a ameaça direcionada a essas crianças e adolescentes é um dos fatores que as impede de revelar o que ocorreu.

É no bojo dessa discussão que ora apresentamos este trabalho o qual visa despertar o olhar terapêutico para as possibilidades de superação das conseqüências que a violência sexual deixa em suas vítimas. Este enfoque será dado por percebermos que grande parte da literatura busca compreender apenas as conseqüências. A proposta que apresentamos nesta monografia é a de compreender as habilidades que crianças e adolescentes têm de superar suas adversidades, sendo o abuso sexual uma delas (O' Hanlon, 1998)

Tal análise será feita a partir da Teoria Sistêmica a qual compreende o homem como ser participativo, integrado a um sistema familiar e ligado à rede social que está inserido. Atramos, então, à Teoria Sistêmica o Psicodrama, que a partir das obras de Moreno trouxe forte contribuição para a compreensão dos fenômenos sociais na vida e nas relações dos indivíduos. Por fim, utilizamos do Pós-Modernismo, que com muita clareza e eficazmente, ao nosso ver, valoriza as

angústia vividas pelo homem, sem perder de vista as potencialidades que este tem para sanar suas dificuldades.

Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, procuramos apresentar a visão do homem como ser social, dependente das influências que sofre a partir do contexto em que está inserido e influenciador participante da história familiar e social, construindo-se a partir delas. Consideramos, então, importante definir os termos: família, rede social e suas respectivas funções. Tais considerações são abordadas por acreditarmos que os problemas vividos por um dado indivíduo deva ser analisado sob os aspectos sócio-culturais, ou seja, as adversidades vivenciadas por uma pessoa terá efeitos pessoais, familiares e sociais.

No segundo capítulo destacamos três situações. Na primeira apresentamos uma visão geral sobre a violência, que objetiva definir o termo violência em duas análises principais: a violência como coisificação do outro e a violência gerada a partir do excesso de amor distribuído entre os membros de dada família (MADANES, 1990).

O segundo momento apresenta um breve histórico sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes na história da humanidade, até chegar as definições dos direitos da criança e adolescentes estabelecidos por lei. O intuito nesse momento é destacar que a sociedade já avançou, em muito, o seu olhar cuidadoso as crianças e adolescentes, porém, ainda é necessário que perceba o que ainda precisa fazer para aperfeiçoar esses cuidados.

Parte-se então, no terceiro momento, para a violência sexual infantil, que é uma das propostas principais a serem abordadas no presente trabalho, iniciando-se com as noções gerais que se tem sobre essa temática. Para tanto algumas definições de violência sexual infantil intrafamiliar são apresentadas, seguidas da análise da dinâmica do abuso sexual infantil, que visa evidenciar algumas características apresentadas por famílias onde tal violência ocorre, considerando-se, também, os tipos de relações estabelecidas entre os membros desse sistema familiar. Encerra-se esse capítulo apontando algumas das conseqüências sofridas pelas crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, as de seus familiares e impactos também sociais. Destacamos os aspectos físicos e psicológicos, que em geral são atingidos quando esse tipo de violência ocorre.

Por fim, encerra-se este trabalho abordando, no terceiro capítulo, a resiliência que deve ser desenvolvida em crianças e adolescentes a fim de que consigam

superar seus problemas, incluindo-se, então, o abuso sexual. Faz parte desse mesmo capítulo a idéia de construção dos sentidos e da realidade, mediante situações adversas. Aproveitamos para discussão da construção de sentidos e realidade, a Teoria Construcionista, que assim como a idéia que sugerimos neste trabalho, sobre a resiliência, procura valorizar as habilidades de superação de um dado indivíduo, sem desconsiderar as conseqüências que as adversidades lhe imputam. Isso implica dizer, que mesmo sendo o abuso sexual um fenômeno que traga a uma pessoa, efeitos, muitas vezes, drásticos, é preferível que a mesma seja estimulada a reconstruir-se frente à tamanha problemática. Para tanto, as idéias apresentadas por Neubern (2004), O'Hanlon e MacNamee (1998) são de grande valia para a compreensão da temática proposta.



## 2. UM OLHAR SOBRE O ABUSO SEXUAL

### 2.1 “O homem inserido na rede social”

Quando se propõe trabalhar as crises vividas por uma pessoa, deve-se levar em consideração: a formação pessoal do indivíduo, a família de origem e a sociedade na qual aqueles estão inseridos.

Isso implica dizer que em certos casos uma abordagem terapêutica voltada apenas para o ponto de vista individual não será suficiente para que o problema seja resolvido. Também estaremos incorrendo nesse equívoco se voltarmos o olhar apenas para a família sem percebê-la, no entanto, como sistema integrado a uma rede social.

De acordo com Sluzki (1997, p.37), “as fronteiras do indivíduo não estão limitadas por sua pele, mas incluem tudo aquilo com que o sujeito interage [isto significa que] as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam à família nuclear ou extensa, mas incluem todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais.” Assim, as dificuldades vividas por uma determinada pessoa, devem ser analisadas de um ponto de vista que abranja à família e à sociedade em que aquela está inserida.

Vencina (2002) confirma essa informação ao afirmar que a conduta e os problemas vividos por uma pessoa devem ser analisados do ponto de vista sociopsicointeracionista. Trata-se, então, de uma postura concebida como decorrente da interação indivíduo e sociedade, sendo o aspecto psicológico direcionado pelo social, e tal direcionamento produzido historicamente.

Sluzki (1997) afirma que todos os aspectos culturais e subculturais, políticos, econômicos, profissionais, dentre outros, compõem o que ele denomina de *universo relacional do indivíduo*. Isso implica dizer que a junção das relações tidas como significativas por um indivíduo, ou definidas pelo mesmo como diferenciadas da massa anônima da sociedade é o que se chama de rede social pessoal. Dessa forma é a partir da rede social que o indivíduo elabora sua formação interpessoal e constrói o reconhecimento como indivíduo e sua auto-imagem, constituindo, então, a

base de sua experiência individual de identidade e a capacidade de adaptação em uma crise.

Insiste-se nessas questões, pois destacamos, como dito anteriormente, nesta pesquisa sobre o abuso sexual em crianças e adolescentes uma abordagem que exige uma reflexão pessoal, familiar e social. Sendo assim, pontuaremos, a seguir, alguns processos da Teoria Sistêmica, apontados por Andolfi (1989), com o objetivo de compreender melhor o sistema familiar inserido na rede social.

Em primeiro lugar, o autor acima citado, destaca a família como sistema em constante transformação. Tal afirmação remete-nos à idéia de que a família se adapta a diferentes situações, sendo flexíveis a elas. Duas tendências regem esse processo: a *tendência homeostática* e a *capacidade de transformação*. Aquela está relacionada à característica conservadora de um dado sistema, que, para proteger seus integrantes, elimina os que representam ameaças ao sistema. Esta, no entanto, focaliza a idéia de que o próprio ciclo vital do sistema é mutável. Sendo assim, diferentes fases dentro do sistema exigirão que ele se transforme a fim de atender às necessidades de seus integrantes.

Andolfi, também, vê a família como sistema ativo, auto-regulado. Para ele, o diferencial entre elas será a característica das redes de informações dos sistemas. Ainda afirma que os estímulos externos e internos não causarão efeito em um sistema inerte, porém, irão apenas modificar os processos já existentes de um sistema independente e ativo. Isso torna evidente que, a estrutura que um determinado sistema possui, é formada a partir de suas interações com o meio. Tal informação remete à idéia de que a família possui sua própria estrutura, porém, devido sua interação com o meio social sofrerá modificações na sua estrutura já definida.

Por fim, Andolfi focaliza a família como sistema aberto e em interação com outros sistemas. Neste processo, o autor evidencia a idéia de que mesmo sendo a família um sistema autônomo, suas relações intrafamiliares são uma relação dialética com o conjunto das relações sociais. Isso implica, no entender deste autor, que “tal relação não é estática como entre uma parede e os tijolos que a compõem. É antes um processo dinâmico de tensão e oposição com um ponto de equilíbrio extremamente difícil de encontrar, porque sua localização exata é submetida a infinitas variações que dependem do tempo e da sociedade.” (Andolfi, 1989, p. 25)

As definições apresentadas por Andolfi transmitem a idéia de que analisar a família como estrutura permanente e imutável, não possibilita reconhecer as várias alternativas de sua contribuição e desenvolvimento, negando assim, outras possibilidades, a imprevisibilidade e a complexidades presentes em qualquer sistema vivo. Na medida em que novos padrões nas relações social ocorrem, a família inclui-se nessas inter-relações, ampliando, ainda mais, sua relação com o mundo externo (Santos, 2002, p.14)

Analisando a família a partir dos três processos citados anteriormente é viável apresentar a crítica levantada por Sluzki (1997) a respeito da supervalorização da família como sistema, dando-se pouca importância para os laços sociais em momentos de situações de crise. Este autor nos alerta de que na maioria das vezes o vínculo familiar é apenas um “artifício lingüístico”, ou seja, transmitindo a idéia de que trata-se de um vínculo que persistirá, durará enquanto viverem as pessoas ligadas por ele consaguineamente. Com os vínculos fora da família, acredita-se que não sejam fortes o suficiente a ponto de perdurarem e de serem confiáveis. Essas informações, segundo o autor, impedem as pessoas de mobilizarem os vínculos da rede não-familiar, por estar impregnada a idéia de não ter esse direito.

Isso pode impedir que em alguns casos a problemática seja resolvida com o apoio da rede social. Para tanto, deve estar evidente aos psicólogos que não é viável estar preso a paradigmas estabelecidos previamente, até porque o campo da Psicologia está em constante construção. Nosso “objeto de estudo” apresenta diversificações que variam de seus valores pessoais, familiares e sociais, o qual nos impossibilita de estabelecermos uma só fórmula para que se trabalhe com tamanho dinamismo.

Insistimos em afirmar que a formação individual não dependerá, apenas, da família do indivíduo, porém, será fruto de uma ação humana direcionada e criada pela construção social estabelecida durante a vida do mesmo. Partindo-se desse pressuposto, Goolishian (1998, p.36) afirma que “as pessoas vivem e compreendem seu viver por meio de realidades narrativas construídas socialmente, que conferem sentido e organização à sua experiência”.

Cecchin (1998), por sua vez, acrescenta ainda que a narrativa de uma dada família, ou seja, de seus familiares, serão produzidas no domínio social. Percebemos claramente nesse caso, que é de suma importância o estímulo familiar contínuo, de que seus membros mantenham-se integrados e ligados aos diferentes trâmites

sociais. Isso, por determinar que a interação dos mesmos com a sociedade, proporcionará as oportunidades e os limites para seus mundos.

A visão moreniana, apresentada por Ferrrari (2002), compreende a família como um contexto social que faz parte da rede sociométrica. É nela que ocorre a vinculação entre a criança e adultos significativos, ou seja, ela é a sede dos primeiros vínculos sociais da criança, porém, não deve ser considerado o único. É viável apresentar neste momento o que Garcia (2002) entende sobre a família, não abrindo mão do contexto social.

É nesse sentido que destacamos a visão de Amália Vitale, para a qual a família “não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é sem dúvida um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade, como projeta, ainda em outros grupos, os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo”. (Vitale, apud Garcia, 2002, p.147)

A visão de Garcia sobre família evidencia que as facilidades e/ou dificuldades enfrentadas por um indivíduo para a superação de uma adversidade, dependerão do manejo que o mesmo terá diante das questões pré-estabelecidas no contexto social que faz parte. Não tem como desvencilhar a família da sociedade, sendo que ambas auxiliarão no desenvolvimento psicossocial dos seres humanos, servindo, muitas vezes, como modelos identificatórios, e, óbvio, como identificadores de opiniões.

Sluzki (1997, p. 47-53), a partir da definição que atribui à rede social, acrescenta que a mesma possui funções na vida de um indivíduo, que são: companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços, e acesso a novos contatos. A partir de então, será descrito a seguir cada função apresentada pelo autor:

- Companhia social: função destinada às atividades que são realizadas conjuntamente. Essa função permite às pessoas compartilharem as vivências positivas e negativas.
- Apoio emocional: está relacionada ao poder contar com o outro, ou seja, envolve a capacidade de compreensão, simpatia, estímulo e apoio além da empatia.

- Guia cognitivo: refere-se às interações voltadas para a troca de informações pessoais ou sociais, possibilitando também a formação de modelos de papéis.
- Regulação social ou controle: refere-se às interações que lembram e reafirmam responsabilidades e papéis, permitindo a resolução de conflitos e neutralizando posturas que afastem o indivíduo das relações sociais.
- Ajuda material e de serviços: relaciona-se às ajudas oferecidas por especialistas em algum serviço, incluindo os da área da saúde. Os terapeutas estão inclusos nesta função.
- Acesso a novos contatos: função que permite ao indivíduo envolver-se com outras redes que até então ele não havia freqüentado.

O referido autor ainda menciona que estas funções não são as únicas da rede social, e que a mesma pode oferecer às pessoas experiências novas que lhes proporcione avanços constantes em sua trajetória. Isso deixa evidente, como destaca Cecchin (1998), que a vivência das pessoas em uma rede social não é de exploração uns dos outros, mas apenas com o intuito de produzirem sentidos juntos.

Nota-se então que é incabível pensar no homem como um ser isolado, o que implicaria dizer que o homem sem suas relações familiares e sociais não seria de tudo completo. Esta afirmação significa que desde o momento do nascimento até a sua morte, o ser humano está envolvido em uma trama interpessoal que o molda e ao mesmo tempo é moldada por ele. “A rede microssocial de que fazemos parte contribui de maneira substancial para gerar nossas práticas sociais, assim como nossa visão do mundo e nós mesmos.” (Sluzki, 1997, p.25)

## 2.2 “Violência e sexualidade”

### 2.2.1 Considerações gerais sobre a violência

Atualmente busca-se saber o que tem causado um crescimento considerável do uso da violência para conquistar o que é desejável. Causas econômicas, culturais ou sociais são apontadas como fatores que contribuem para o aumento da violência, porém, não devem por si só explicar esse fenômeno (Araújo, 2002), fatores estruturais e conjunturais devem ser levados em consideração, de acordo com esta autora. Aqueles se relacionam às transformações ocorridas nos campos social e econômico, bem como suas influências no seio da sociedade. Já estes se referem à ausência de medidas políticas que devolvam uma certa ordem social.

Adorno(1999, citado por Vencina,2002), aborda a idéia de que a sociedade brasileira nunca foi vista como uma sociedade não violenta. Esse autor destaca que estudos realizados acerca da história brasileira indicam a presença da violência de conflitos, quando direitos humanos são violados e associados à banalização da vida humana.

O termo banalização da violência também é compartilhado por Maria ARAÚJO (2002) , quando a mesma aponta que a temática violência já conquistou a inércia da sociedade, que se vê impossibilitada de resolver esse problema, cada vez mais presente em todas as suas camadas. Para a referida autora, a violência nesse caso passa a ser vista como natural, restando aos que são afetados aprender a conviver com ela.

Percebe-se então, que o homem apesar de ter evoluído, em muito, nos aspectos tecnológicos, pouco apresentou evolução no que se refere aos relacionamentos com os seus semelhantes (Levisky,2000). O mesmo autor diz que “ao lado de tanta tecnologia uma violência digna do homem primitivo está solta por toda a parte, nas relações familiares, nas escolas, nas ruas, nos meios de comunicação, nas filas, nas relações institucionais, no lazer” (Levisky, 2000, p.20). Nota-se então, que o simples ato de viver, tornou-se a arte de sobreviver. O certo é que o impacto deste fenômeno, da violência, dar-se-á nas relações sociais e familiares possibilitando o aumento de ações violentas por grande parte da sociedade (Azevedo; Guerra, 1989)

Sem contar também que a violência foi e ainda é utilizada para a contensão dela mesma, sendo assim muitas vezes normal que as pessoas usem da violência para combater um outro ato violento. Esta informação não entra como fato da história passada, porém ainda hoje é comum ver Estados e nações duelando, em nome do combate à violência para o favorecimento da democracia (Peralva, 2000).

Cabe-se neste momento, definir o que é violência, já que assim como outras temáticas mundiais, deve ser analisado tendo em mente o sentido atribuído a dados conceitos nas diferentes culturas. Isso implica voltar-se à idéia apresentada por Sluzki (1997) sobre a relatividade do conceito de violência, em determinadas sociedades e também na evolução cultural das mesmas.

Dentre os muitos conceitos atribuídos ao termo violência, destacamos os apresentados por Marilena Chauí e Cloé Madanes.

Chauí (1985), define violência tendo por base dois enfoques que se completam. No primeiro, a violência é apresentada como ‘conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão’. O segundo enfoque destaca a violência como a ‘ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa’. A partir destas análises, apresentadas pela referida autora, podemos enfatizar que a violência estabelece uma relação de poder existente entre o abusador e a vítima do abuso sexual, como veremos mais adiante.

Madanes (1990), por sua vez, acredita que os problemas vividos pelas pessoas perpassam entre o dilema amor e violência. Ainda de acordo com esta autora “a principal questão do ser humano é amar, proteger e ajudar o outro ou intrometer, dominar e controlar, provocando dano e violência. Quanto mais intenso é o amor, mais perto ele estará da violência no sentido de possessividade invasiva”.

Isso não implica dizer que todo e qualquer ato de violência seja cometido em nome do amor, mesmo que já tenha sido abordado neste trabalho que em muitas vezes a violência é usada como a desculpa de ser necessária para uma melhoria social. No entanto, o conceito apresentado por Madanes aproxima-se do sentimento que rege as pessoas ao exercerem um ato violento, favorecendo, assim, nossa compreensão do que venha a ser abuso sexual.

Independente da forma como a violência é expressa, a mesma causa indignação e requer intervenção. A violência pode ser encarada como um sintoma gerado por /gerador de momento de grande tensão, denunciando uma estrutura

social e/ou familiar insatisfatória decorrente, em grande parte, da perda de referência e valores estruturais (Silva,2002). A violência precisa ser encarada como um problema social, precisando existir uma mobilização dos profissionais, famílias e sociedade para contê-la. Deve-se buscar alternativas que visem a resolução definitiva desse problema, cada vez mais presente nas diferentes camadas sociais.

#### 2.2.2 Breve histórico acerca de violências cometidas contra crianças e adolescentes

Se a história da humanidade for analisada, notar-se-á que o abuso na infância sempre existiu (Ferrari, 2002). Baseado nos levantamentos apresentados por esta autora, destacamos, a seguir, alguns fatos históricos com a finalidade de confirmar a idéia de que a violência cometida em crianças e adolescentes não se trata de uma particularidade dos dias atuais.

No período fenício, os moravitas e amonitas sacrificavam crianças com o objetivo de acalmarem os deuses. O deus Moloch, que tinha a cabeça de carneiro e corpo de humano, possuía em seu corpo de bronze um espaço vazio que deveria ser preenchido com combustível. Quando o combustível já estava aquecido, crianças eram colocadas vivas no espaço vazio, em foram de petição de clemência.

O rio Nilo, localizado no Egito, foi palco de afogamento de adolescentes do sexo feminino, com o objetivo do rio transbordar e fertilizar as terras. Era afogada uma adolescente por ano.

Em algumas civilizações gregas, as crianças que não tinha estrutura física de se tornarem robustas, eram mortas. Em Esparta, os recém-nascidos eram submetidos a um julgamento, exercido pela Assembléia de Anciãos, que respeitavam a vida dos que consideravam úteis e lançavam em abismos, para servirem de alimentos às feras, os que consideravam inúteis. Já em Atenas, o pai era o dono absoluto do filho recém-nascido, determinando se o mesmo era digno de viver ou não.

Na Palestina, acreditava-se que os deuses se acalmavam quando a fumaça da combustão das crianças era feita.



O costume do *Tollere infantum*, de se invocar a deusa Levana para decidir sobre a vida ou morte de crianças, era realizado em Roma.

Na China, os homens achavam erótico ver meninas sendo mutiladas por mulheres adultas, geralmente suas próprias mães. Sem contar que, a matança das crianças nesse país chegou praticamente aos dias atuais. Acontecia até mesmo de meninas serem levadas às portas da cidade para saciar lobos famintos, ao anoitecer.

Bass (1985) apontam que na Índia, a união entre meninas e velhos era aceita. Essa prática ainda acompanha os dias atuais, ficando evidente que as meninas são submetidas a uma relação sexual antes mesmo de aprenderem o significado desse ato para a vida de uma pessoa. Lembrando que, caso o marido de alguma menina morra, ela pode ser morta queimada junto ao corpo do marido.

Em alguns países africanos, meninas ainda são submetidas à mutilação genital e amputação do clitóris, sem técnicas anestésicas e sem os devidos cuidados de higiene. Essa ação cabe à família exercer sobre sua filha, pois, é uma maneira de apresentá-la à vida (Bass, 1985).

Nos exemplos citados, nota-se a presença de uma relação hierárquica, que indica a idéia de uma posição de superioridade em relação à criança e o adolescente. Ser adulto indica uma posição de quem sabe mais e melhor, podendo mostrar seu poder mediante o exercício legítimo da disciplina, que tem por fim quebrar a vontade da criança.

Segundo Ferrari (2002), o olhar social para cada criança e adolescentes era de caráter “caritativo”, porém, com o passar do tempo a sociedade passou a preocupar-se com o desenvolvimento moral das crianças e adolescentes. Algumas reuniões internacionais, como as que ocorreram em Genebra e em Viena, nos anos de 1924 e 1952, visavam o bem estar da criança. A partir desses dois encontros, define-se o dia 1º de junho como Dia Internacional da Criança.

Esta autora aponta que o ano de 1960, foi marcado pelo lema: “A síndrome da criança mal tratada”, organizado por Kempe e seus colaboradores. O simpósio tinha como temática o Abuso infantil e seu sucesso foi tão grande que mobilizou a realização de uma campanha que obrigava médicos a denunciar os casos de abuso infantil, com o objetivo de despertar a consciência da população norte-americana a respeito do tema. Em 1979, foi comemorado os vinte anos da Declaração dos Direitos da Criança, tornando-o em o Ano Internacional da Criança.

Ferrari (2002) ainda aborda que enquanto ocorriam algumas mobilizações sociais no mundo, as crianças e adolescentes no Brasil ainda continuavam sem proteção e com seus direitos usurpados. Esse quadro, passou a mudar apenas ao final do século XX, com o surgimento do Bem-Estar Social que assume “a assistência social da criança desvalida e desviante”(p.51).

A referidas autora acrescentara que os trabalhos de Spitz (hospitalismo), Bolwby (carências maternas) e Piaget trouxeram focos diferentes e novos sobre o entendimento da criança e do adolescente. Junto a isso, a sociedade brasileira começou a incomodar-se com os maus-tratos das crianças e adolescentes, passando a enxergar-los enquanto problema social a ser enfrentado por todos.

Apartir da década de oitenta no Brasil, o abuso na infância e na adolescência passa a ser estudado e questionado. Em 1990, é promulgado então, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo homologado na sociedade brasileira a partir de 13 de julho do mesmo ano. “O ECA dispõe sobre a proteção integral a criança, adolescente, ou seja, estabelece o que as crianças, adolescentes, pais, responsáveis, comunidade, instituições e o Estado podem ou não fazer. Também define as conseqüências das ações/omissões contra crianças, adolescentes e daquelas cujo autor é o próprio adolescente.” (Ferrari, 2002, p.54).

Apesar de toda essa aparente evolução, do olhar da sociedade para os cuidados que deve ter com as crianças e adolescentes, os dias hodiernos revela-nos contradições dessa sociedade aparentemente moral e puritana (Bass, 1985). Isso porque a autora levanta a discussão para o grande incentivo que a publicidade e dos diferentes meios de comunicação dão ao uso sexual de crianças e adolescentes. É cada vez mais comum perceber em propagandas, revistas e programas de televisão meninas serem confundidas com mulheres, muitas vezes estimulando de forma explícita, meninas a adotarem postura de mulheres adultas e sensuais.

Tiba (1999, p.81) compartilha da mesma idéia ao afirmar que “se você sabe que uma pessoa não tem capacidade par fazer alguma coisa, mas mesmo assim lhe dá poder para agir, está abusando dela.” Essa assertiva reforça ainda mais que cada fase do desenvolvimento humano deve ser respeitado como tal, ou seja, crianças devem ser tratadas como crianças e adolescentes como tal. Caso isso não ocorra implicará, então, em uma distorção da formação dessas crianças e adolescentes tornando a sociedade não ética e incapaz de conduzir e orientar nessa formação. “As crianças já nascem com telas interativas diante dos olhos.” (Tiba,

2002, p. 234). Isso indica que, ao invés de olharem para o mundo do real, que as obriga a serem participativas e interativas, tornam-se passivas e absorvedoras de comportamentos, em sua maioria incoerentes com a realidade que de fatos suas famílias e elas vivem.

As conseqüências de tudo isso têm sido vivenciadas diariamente com o aumento da maternidade entre adolescentes, com o culto ao que é belo, expandindo ainda mais os caso de anorexia e bulimia, com a dificuldade dos pais em lidarem com a situação com a confusão que permeia a cabeça das crianças e adolescentes atingidas por essa realidade.

Azevedo e Guerra (1989) apresentam um posicionamento pertinente para essa discussão. Segundo estas autoras, uma análise feita do ponto de vista antropológico apresentará o abuso como sendo “uma etiqueta culturalmente determinada que se aplica ao comportamento e aos danos” (Azevedo e Guerra 1989, p.39). Esse posicionamento condiz com a idéia de Sluzki (1997) de que o contexto determinara o significado de cada exemplo.

Aquelas autoras ainda mencionam que mesmo sendo do conhecimento de todos que algumas culturas expõem crianças e adolescentes a situações prejudiciais e danosas, o que precisa ser discutido e repensado são dois aspectos: até que ponto “algumas práticas culturais representam ações intrinsecamente danosas às crianças e adolescentes e em que medida elas são apenas diferenças em estilo” (Azevedo e Guerra, 1989, p.39). Cabe, então, neste caso uma análise de parceria entre a ciência e a cultura, sendo que ambas devem verificar quais os efeitos dessas práticas culturais para a vida das crianças e adolescentes. Essa negociação, feita a apartir do fenômeno ocorrido, perpassará entre a sabedoria cultural e a experiência profissional (Azevedo e Guerra, 1989).

Certo é que, a humanidade, em sua grande maioria, não tem tratado bem suas crianças e adolescentes. Os mesmos vêm sendo vítimas de diversos tipos de exploração, inclusive e principalmente a de natureza sexual. Nota-se, então, neste caso, uma falta de mobilização social em defesa da criança e do adolescente, ou seja, uma falta de denúncia e até “uma convivência da sociedade, revestida pelo pacto do silêncio, que permeiam essas discussões, mesmo entre profissionais” (Ferrari, 2002, p.50)

### 2.2.3 Noções gerais de violência sexual

Anteriormente já foi discutido o emprego do termo violência em seu sentido mais amplo, porém, o objetivo deste sub-item é de aprofundar-se à respeito de um tipo específico de violência, a sexual, ocorrida contra crianças e adolescentes, dentro da família.

O abuso sexual caracteriza-se como uma ação que desperta na vítima, família e sociedade um sentimento de impotência, muitas vezes, devido à falta de preparo para se discutir a questão, e ao mesmo tempo posicionar-se, em ação, frente a ela (Ferrari e Vencini, 2002). Atos violentos provenientes de dentro da família assustam tanto seus membros quanto à sociedade, dada a concepção que se tem da família e o que se espera dela.

Segond (1992) afirma que “a família é considerada pela opinião pública, um valor cardinal e condição essencial de felicidade, lugar de refúgio, de relaxamento, de segurança, no entanto, ao mesmo tempo, as pesquisas criminológicas têm demonstrado que ela pode ser o lugar de todas as violências, transgressões e maus tratos”. Isso mostra que, o local tido como seguro e protetor, torna-se palco para cenas de horror com efeitos devastadores, por deixar as vítimas, muitas vezes, da agressão sem a direção de onde ir e de buscar ajuda.

A criança ao nascer é totalmente dependente do meio e das pessoas, que estão a sua volta, pra sobreviver. Isso implica dizer que os fatos que ocorrerão em sua vida dependerão da acolhida antes oferecida, ou seja, a identidade individual será formada a partir das relações, dos vínculos e dos cuidados que receber (Ferrari e Vencini, 2002). O que tem sido abordado desde o início do trabalho é mais uma vez confirmado: a formação individual se dá a partir das relações estabelecidas entre o sujeito e sua família e a sociedade em que está inserido.

“Quando a família não cumpre seu papel social de protetora de sua prole, de transmissora de valores culturais, considerando como critério seus aspectos funcionais, pode-se dizer que ela fracassou no cumprimento de suas funções (Ferrari, 2002, p.40)

Tal comentário reforça a idéia de que é dever da família, bem como da sociedade, proporcionar às crianças e adolescentes um ambiente agradável que lhes permite o desenvolvimento biopsicosocial, até porque, caso ocorra algo de

errado com a vida dessas crianças e adolescentes, a família será o primeiro lugar a sofrer com as conseqüências, refletindo rapidamente isso para a sociedade (Tiba, 2002).

A violência sexual, como já dito anteriormente, é um evento que abala toda a família, assim como toda a rede social, por se encontrar dificuldade em ser discutida, avaliada e em buscar ações imediatas de prevenção, atendimento e responsabilização (Santos, 2002). Isso porque é um assunto perturbador, pois implica na violação de tabus sociais, passando a causar desconforto na família e nos profissionais envolvidos.

As definições de violência sexual infantil, mesmo que em alguns aspectos sejam diferentes, revela uma atitude que envolve poder, coação e/ou sedução, principalmente por ser freqüentemente praticado sem uso da força física, e por não deixar marcas visíveis, o que em muitas vezes dificulta sua comprovação (Araújo, 2002).

Será apresentado a seguir, uma série de definições sobre a violência sexual denominando também abuso sexual dada por alguns autores, com o objetivo de analisar os efeitos desse ato na vida das crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Padilla (1988, p.41) define o abuso sexual infantil como “uma participação de crianças e adolescentes em atos sexuais que devido sua imaturidade natural em seu desenvolvimento, não estão em condições de compreender totalmente nem dar consentimento pleno, o que viola os tabus sociais e os papéis familiares” (p.41).

Amazarray e Koller (1998, p. 562) compartilham com o autor citado anteriormente do conceito de abuso sexual ao afirmarem que “o abuso sexual pode ser definido como envolvimento e crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e com as quais não estão aptos a concordar”. Sendo assim, configura-se como uma relação que viola as regras sociais e familiares da cultura.

Foucault (1999, p. 98) enfatiza que a sexualidade nas relações de poder entre pais e filhos “é dotada de uma maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.” Isso remete à idéia de que o adulto, por ser considerado *mais experiente* satisfaz-se de suas necessidades pessoais usando como justificativa o poder que exerce sobre a criança e/ou adolescente.

Gabel, citado por Araújo (2002, p.06) afirma que o abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo.” Este conceito lembra a idéia de Chauí (1985), de que a violência em si se caracteriza como uma ação que envolve dominação hierárquica da parte mais forte contra a mais fraca, sendo assim uma relação de desigualdade.

Uma idéia que também deve ser apresentada, devida sua relevância, é a de abuso sexual psicológico, apresentada por Forward e Buck (1989). Os autores afirmam que há uma série de experiências impostas às crianças e adolescentes que às vezes nunca chegam a envolver um contato corporal, porém, criam uma atmosfera em que crianças e adolescentes sentem-se inseguras e desorientadas. Eles exemplificam algumas dessas situações: pais que se masturbam na frente dos seus filhos, que os obrigam a trocarem de roupa em sua presença, fotografam os filhos nus, em posições sexualmente sugestivas, dentre outras situações. Destacam que, o segredo que é exigido das vítimas dessas situações é um ataque direto ao bem-estar emocional das mesmas. “Qualquer coisa que precise ficar em segredo não é do melhor interesse da criança, e pode estar enquadrado na escala que vai do comportamento impróprio ao crime” (Forward & Buck, 1989, p.12).

As definições apresentadas, deixam evidente que o abuso sexual agride e viola os direitos estabelecidos, por lei, as crianças e adolescentes, sendo um ato incongruente às normas pregadas pela sociedade, por se tratar de uma ação contra crianças e adolescentes que ainda não apresentam independência emocional e/ou maturidade plena para dar consentimento para que o ato ocorra, levando-se a crer que sua participação obteve-se sob coerção física ou psicológica (Ferrari, 2002).

Enfim, o abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e adolescente, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança e adolescente, tendo em vistas as conseqüências psicológicas decorrentes da situação de abuso. Tais conseqüências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da vítima e duração dos abusos; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças, grau de relacionamento com o abusador; e ausência de figura parentais protetoras (Araújo, 2002).

#### 2.2.4 Dinâmica da violência sexual intrafamiliar

As famílias em que ocorre a violência sexual apresentam características muitas vezes comuns, sendo as mesmas indicadores da ocorrência do abuso sexual, em relação à dinâmica familiar (Amazarray & Koller, 1998). Estas autoras sugerem uma série de características que não devem ser analisadas, enquanto uma relação de causalidade com o abuso sexual intrafamiliar. Algumas dessas características são: presença da violência doméstica, pais e/ou mãe abusados ou negligenciados na infância e/ou adolescência; pai alcoólatra e/ou autoritário em excesso; mãe demasiado passiva e ausente; cônjuges com relação sexual inadequada; famílias com uma nova estrutura (presença de padrasto ou madrasta); pais que acariciam seus filhos ou exigem dos mesmos determinados tipos de carícias, violando assim a privacidade sexual; filhos que desempenham o papel de mãe; filhos promíscuos ou que apresentam comportamento autodestrutivo; crianças isoladas e retraídas, com poucos amigos, ou crianças que apresentam comportamento sexual inadequado para sua etapa de desenvolvimento. “Essas famílias costumam assumir atitudes de hostilidade diante de pessoas desconhecidas e os pais dificilmente autorizam a entrevista de um profissional a sós com sua filha” (Amazarray e Koller, 1998, p.568). Baseado nestas autoras, será apresentado a seguir um modelo alternativo para compreender a dinâmica do abuso intrafamiliar. Esse modelo é baseado na Teoria ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, e é composto por quatro níveis de análise que são microssistema, ecossistema, macrossistema e desenvolvimento ontogenético.

O desenvolvimento ontogenético, consiste na análise das histórias de abuso ou negligência familiar sofridas por ambos os pais na infância. Esse levantamento permitirá uma compreensão do desenvolvimento da socialização, da prática com a paternidade/maternidade e até mesmo as mudanças que os mesmos sofreram durante a vida. Essa preocupação ocorre devido pesquisas apontarem que em geral, foram vítimas de abuso durante a infância e/ou adolescência.

A análise das relações intrafamiliares e de seus subsistemas (conjugal e pais/filhos, por exemplo) é feita pelo macrossistema. Essa análise é de grande importância uma vez que o desenvolvimento da criança ocorre dentro da família. “A dinâmica é de interação: os pais influenciam a criança, assim como as crianças

influenciam seus pais” (Amazarray e Koller, 1998, p.569). Compartilhando dessa idéia, Furniss (1993) afirma que de certa forma a criança é vista como participante de seu próprio abuso, porém, não significa que ela seja responsável pelo ato abusivo.

É valido destacar o que Furniss (1993) apresenta quanto à participação da criança em seu próprio abuso sexual. O autor parte da análise da díade conjugal e pais-filhos, apontando que em busca de apoio emocional e de carinho a criança procura o pai (ou a mãe) por ser dependente dos mesmos. O pai/mãe, por sua vez, aproveita-se da situação e satisfaz seu desejo sexual, aproveitando-se da criança. Sendo assim, para o mesmo autor, a criança possui um papel no seu próprio abuso.

Voltando à análise do modelo alternativo que compreende a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, tem-se o exossistema, que leva em consideração a relação do mundo do trabalho e da vizinhança com a família. Segundo Amazarray e Koller (1998) o desemprego é um fator de risco para que os pais desenvolvam comportamentos abusivos. Apontam também, que a insatisfação com o trabalho está relacionada com práticas abusivas, bem como a alienação no mesmo. Quanto à vizinhança, as autoras afirmam que famílias abusivas geralmente se mantêm isoladas de sistemas formais e informais.

Por fim, Amazarray e Koller (1998) apresentam o quarto nível, que é o macrossistema. Esse nível, procura analisar a relação existente entre as atitudes de uma dada sociedade no que se refere à violência. Citam até mesmo um exemplo em que isso ocorre: o alto nível de violência na América e a atitude de controlar o comportamento das crianças através da punição física. Esse nível procura evidenciar que as culturas que compartilham um senso de responsabilidade, de cuidado e que se opõe à violência, são exemplos de fatores de proteção.

Sendo assim, a análise da dinâmica do abuso sexual a partir do modelo descrito anteriormente é pertinente, uma vez que, as consequências desse ato sobre as crianças e adolescentes são múltiplos, na medida em que a ecologia do desenvolvimento humano proporciona mais elementos para compreender o abuso como algo multideterminado, onde todos os sistemas influenciam-se mutuamente.



### 2.2.5 Conseqüências da violência sexual

A violência sexual , como qualquer outra forma de violência, deixa conseqüências que podem ser divididas em físicas, emocionais, sexuais e sociais, que estão relacionadas ao comportamento interpessoal. Melhor é dizer que as conseqüências da violência sexual são múltiplas, pois seus efeitos físicos e psicológicos podem ser devastadores (Amazarray & Koller, 1998). Isso implica dizer também que criança e adolescentes que sofreram o abuso sexual por algum familiar, poderão ter uma visão muito diferente do mundo e dos relacionamentos interpessoais em relação àqueles que cresceram em um ambiente familiar amoroso, protetor e com fronteiras familiares bem definidas (Azevedo & Guerra, 1998).

Antes de se analisar qualquer conseqüência do abuso sexual é necessário observar que o grau de severidade do abuso irá variar de acordo como:

- A idade da pessoa agredida e do agressor no início do abuso sexual
- Duração do abuso, bem como sua freqüência
- Personalidade do agredido
- O grau de violência, ou seja, o tipo e a gravidade desse ato
- A diferença de idade entre o agressor e a vítima
- A importância da relação entre abusador e vítima
- A ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social
- Grau de segredo e de ameaças contra a criança e/ou adolescente

As características citadas acima, estão de acordo com a descrição feita por Amazarray e Koller (1998). Ferrari (2002) por sua vez divide as conseqüências em físicas, psicológicas e sociais as quais são apresentadas pelas autoras da seguinte forma:

- Efeitos físicos mais freqüentes:
- Distúrbios de sono
- Mudanças de hábitos alimentares
- Gravidez
- Doenças sexualmente transmissíveis
- Efeitos psicológicos mais habituais

- Medo
- Hostilidade diante do sexo agressor
- Culpa
- Depressão
- Baixa auto-estima
- Conduta sexual inadequada
- Angústia, agressões, condutas anti-sociais
- Sentimentos de estigmatização
- Efeitos sociais mais comuns
- Dificuldades escolares
- Discussões familiares freqüentes
- Fuga
- Delinqüência, prostituição

Apesar de serem várias as variáveis envolvidas no impacto do abuso sexual nas crianças e adolescentes, algumas das conseqüências do abuso sexual perpassarão as vítimas e toda sua família e rede social. Tais conseqüências serão detalhadas a seguir.

Autores afirmam que as conseqüências da violência sexual podem ser diferentes de acordo com o sexo da vítima, ou seja, meninos e meninas, em algumas conseqüências do abuso sexual, se diferenciam (Abrapia, 2002). As meninas abusadas geralmente são tomadas por um sentimento de culpa, por acreditarem que elas provocaram a situação, ou seja, que devido a sua conduta despertou no agressor um desejo incontrolável (Forward & Buck, 1989). São tomadas muitas vezes pela aceitação do ponto de vista do agressor, de que elas são úteis apenas para desempenharem papéis única e exclusivamente sexuais.

Já meninos, por sua vez, apresentam dúvidas quanto à sexualidade, sentindo-se muitas vezes fora do padrão estabelecido socialmente, de que homem tem de se defender e de que sempre são capazes de evitarem agressões de qualquer natureza. Sem contar que, a mídia sempre os aponta como agressores e não como possíveis vítimas (Abrapia, 2002)

Certo é que o abuso sexual causará em ambos os sexos, conceitos equivocados a respeito dos relacionamentos entre adultos e crianças. Trata-se de uma relação baseada em poder e conhecimento desiguais (Araújo, 2002).

Scodelario (2002) aponta que a família em que ocorre o abuso sexual geralmente sofreu uma troca de papéis que cada um deve exercer. Chegam a afirmar que mães podem se tornar cúmplices do abuso dos próprios filhos, por medo de perderem o próprio cônjuge (no caso o abusador). Nota-se nesse caso, que mais uma vez a vítima sofre um outro tipo de agressão que é o abandono e a indiferença da mãe, pessoa mais próximo em que se poderia confiar.

Outro fator que permeia a família com abuso sexual, é o segredo imposto a vítima, que sofre ameaças caso denuncie o abuso a alguém, isso lembra a idéia apresentada por Padilla (1998) que afirma a idéia de que crianças e adolescentes são presas fáceis do abuso sexual, exatamente por serem indefesos e por terem menores possibilidades de buscarem ajuda e proteção. O segredo imposto à vítima, pode ser uma consequência que traga benefício aparente à díade conjugal, ou seja, pode ser cômodo para uma mãe fingir não saber do abuso sexual sofrido o filho ou filha e nem mesmo tomar providências para o fim do mesmo, por não estar cumprindo seus deveres sexuais maritais, passando a não ser mais cobrado pelo cônjuge, que por sua vez se satisfaz com a criança e/ou adolescente mais próximo (Amazarray & Koller, 1998).

Como dito anteriormente, a sociedade também sofre consequências por não saber lidar com as seqüelas do abuso, e por permitir que uma gama de outros acontecimentos ocorra, em decorrência da falta de providências que resolvam essa problemática (Araújo, 2002).

Parte dos casos de violência sexual não é notificada e, muitas vezes, as vítimas não são acompanhadas e os agressores não são punidos e nem mesmo tratados. Nota-se atualmente uma banalização do sexo e a erotização precoce de crianças e adolescentes, incentivadas na maioria das vezes pelos veículos de comunicação (Tiba, 2002). A partir do momento que a sociedade permite tais posturas, ou seja, a estimulação sexual através dos meios de comunicação acaba de certa forma estimulando a atração sexual de adultos por crianças, sendo cada vez mais comum a presença de sites organizados por pedófilos, divulgando imagens e materiais pornográficos infantis (Abrapia, 2002)

O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança/adolescente e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família. Não se deve perder de vista que, é um fenômeno de difícil superação, por deixar seqüelas que podem acompanhar a vida do agredido na infância/adolescência até a fase adulta. Porém, trata-se de um fenômeno que pode ser superado, o que para nós terapeutas deve ser visado e buscado durante o processo terapêutico. Pensando nisso, o próximo capítulo abordará a capacidade que cada indivíduo tem para superar questões adversas e reconstruir-se a partir delas.

## 2.3 “RESILIÊNCIA”

### 2.3.1 Abordagens teóricas sobre resiliência

O abuso sexual provoca em suas vítimas consequências de todos os níveis, como foi apresentado anteriormente, consequências que também atingem à família e à sociedade. Portanto, é considerada uma situação adversa e de difícil manejo (Araújo, 2002). Porém, como todas as dificuldades sofridas por um indivíduo é possível que sejam superadas, possibilitando as pessoas que as sofreram a capacidade de retomar suas vidas, atribuindo um novo sentido a elas.

Pensando nesse aspecto de superação, destacamos como objetivo deste capítulo as habilidades que o ser humano tem para dar um novo sentido à vida, mesmo após situações drásticas. E é nesse sentido que trabalharemos com o termo resiliência.

A idéia de resiliência vem sendo utilizada pela física e engenharia há bastante tempo. Thomas Young é considerado um dos precursores do termo, pois, em 1807, a partir de sus estudos sobre a tensão e compressão, introduziu a noção de módulo de elasticidade. Desde então, passou a desenvolver experimentos sobre a tensão e compressão de barras, sempre buscando a relação entre a força que era aplicada em um corpo e a deformação que a mesma exercia sobre o corpo. Em outras palavras, a resiliência ficou definida como a capacidade de um material absorver energia, não sofrendo deformação plástica ou permanente (Yunes, 2003). A referida autora deixa evidente que cada material irá apresentar diferentes módulos de resiliência, o que também ocorrerá com humanos.

A definição descrita anteriormente está voltada para uma visão da Física, porém as ciências humanas também se apropriaram do termo para explicarem o mecanismo de superação dos indivíduos frente a situações adversas. Denomina-se de adversidade toda e qualquer situação que ocorra na vida de uma pessoa, e que não está dentro de um parâmetro de normalidade estabelecido por ela e pelo contexto social em que está inserida (Scodelario, 2002). Sendo assim, apresentamos três conceitos de resiliência focalizados no ser humano.

Hutz e Koller (1996, p.80) definem resiliência como uma “variação individual em resposta a situações de risco”. Observamos, portanto, que o termo pode ser

apreendido como capacidade de emitir uma resposta (ação) com o objetivo pré-definido e com a clareza de que estratégia será usada para alcançar o alvo estabelecido.

Gonçalves (2003) menciona que cada indivíduo possui mecanismos de adaptação. Estes correspondem às estratégias individuais elaboradas com o objetivo de agir frente ao stress. Sendo assim, define a resiliência como o conjunto de estratégias utilizadas para a superação de situações adversas. Acrescenta que a família irá influenciar positivamente ou negativamente na qualidade das respostas resilientes do indivíduo.

Yunes (2003, p.77), por sua vez, menciona que a resiliência é um fenômeno de difícil definição, devido à “complexidade e multiplicidade de fatores e variáveis que devem ser levadas em conta no estudo dos fenômenos humanos”. Portanto, antes de defini-lo a autora destaca que é preciso analisar o entendimento da resiliência como um fator de vulnerabilidade.

Para tanto, ela destaca a resiliência como um fator relativo, uma vez que suas bases devem ser consideradas constitucionais e ambientais. Dessa forma, a autora insere a noção de que o grau de resistência varia de acordo com as circunstâncias. Por isso, Yunes considera incorreto atrelar o conceito de resiliência ao termo invulnerabilidade, haja vista que, este passa a idéia de que o indivíduo invulnerável é inatingível frente a qualquer situação. No entanto, o indivíduo, mesmo que resiliente, não enfrenta uma crise saindo-se ileso da mesma ou sem sofrer algum dano.

A partir dessas considerações, a referida autora define resiliência como “uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades” (Yunes, 2003, p.78).

Hutz e Koller (1996) afirmam que, a partir de situações adversas, o indivíduo além de supera-las pode reconstruir-se por meio delas, sendo ainda mais eficaz na superação de adversidades parecidas com as sofridas anteriormente. Porém, deixam um alerta: que um mesmo indivíduo não é resiliente o tempo todo, ou seja, a resiliência não deve ser vista como fenômeno geral e estanque. Isto indica dizer que tanto as adversidades quanto a resiliência são relativas e variarão de acordo com o contexto vivido.

Estes autores apontam a família como o local ideal para desenvolver nas crianças e adolescentes a habilidade resiliente. Afirmam que o bom relacionamento familiar, bem como a competência materna e paterna em transmitir valores

pertinentes à sociedade a que fazem parte, favorecerão no desenvolvimento da resiliência de seus filhos. Acrescentam que uma criança e/ou adolescente que possuam um desenvolvimento de resiliência emocional adequado terá capacidade para lidar com mudanças e adaptações, e um repertório amplo de abordagens para a solução de problemas. Concordando com a idéia de que a família contribui para a construção da resiliência em suas crianças, e que ela também precisa ser resiliente, Gonçalves (2003, p.24) enumera o conceito de resiliência familiar, entendido pelo autor como “um conjunto de características que incluem a capacidade da família ter um funcionamento flexível e uma função de contenção dos problemas, sem os deixar invadir outros domínios do funcionamento familiar ou interferir no funcionamento da criança.”

Contextualizando a crítica, levantada por Yunes (2003), à violência sexual é incoerente acreditar que, após um abuso sexual, a vítima sairá ilesa e sem sofrimento algum simplesmente porque é uma pessoa resiliente. Tal afirmação seria de fato incorreto haja vista que, a análise que dever ser feita acerca da família e do contexto social em que tamanha violência ocorre. Porém o problema não será resolvido se os psicólogos envolvidos nessas questões ficarem presos às teorias negativistas, que insistem em afirmar que não há vida para a vítima após um abuso sexual. Sem contar com as teorias deterministas que procuram enquadrar todas as pessoas que sofreram alguma espécie de violência sexual a um padrão psicológico (Azevedo e Guerra, 1989).

Nesse caso é preferível ficar com a afirmação de Madanes (1990, p.31), para a qual “ninguém é incurável, nenhuma situação é irremediável”. Esta assertiva transmite a idéia de Neubern (2004) de que o ser humano é capaz de superar, com êxito, as situações conflituosas que passam e sua vida, pois a capacidade de reagir frente a problemas antecede ao uso da nomenclatura resiliência (informação verbal).

Araújo (2002, p.6) aponta que ao se propor trabalhar em um contexto familiar de abuso sexual é necessário trabalhar com uma intervenção protetora e terapêutica, de modo que não cause danos maiores as criança e/ou adolescentes vitimizados, “frente a situação de exposição e rupturas desencadeadas pela situação de revelação”. Gonçalves, por sua vez, ressalta que a forma ideal de proteger as vítimas da violência sexual infantil é ajuda-las a desenvolver os seus próprios mecanismos de resiliência. A autora concorda com Araújo ao afirmar que

“intervenções intensivas e multidisciplinares são verdadeiramente eficazes” (Gonçalves, 2003, p.28).

Madanes (1990) baseada em seu conceito de que todos os problemas humanos devem ser analisados a partir do dilema entre amor e violência, como já apresentado anteriormente, propõe que em casos de abuso sexual, deve-se transformar a violência em amor. A autora menciona que para buscar soluções para um problema é necessário mudar o contexto social em que o mesmo está instalado, diz então, que esse contexto é a família. Madanes (1990) ainda sugere que o terapeuta deve ir a busca de um protetor na família externa ou na comunidade, visto que acredita que neste caso específico a família em que ocorre o abuso sexual está ameaçada. Porém, a autora deixa evidente que essa transferência de responsabilidade deve ser passada para outra pessoa de forma gradativa, para que ao final do processo terapêutico os membros da família sejam capazes de liberarem o perdão uns aos outros. Essa forma de proteção favorecerá o não acontecimento de novas formas de abuso. Assim, a família não fica tão sobrecarregada com o problema vivido, sendo possível passar a enxergar estratégias para a solução do problema.

A proposta terapêutica apresentada pela autora acima referida é demasiadamente ousada, uma vez que a humanidade, aparentemente, não tem apresentado muitas atitudes voltadas para o perdão. Tiba (2002) afirma que a solidariedade atrelada ao conceito de perdão pode resolver em muito os maiores conflitos vividos pela humanidade atual, porém, para ocorrer isso é necessário que, desde a infância, os pais ajudem seus filhos a desenvolverem esse sentimento.

Para Madanes (1990), é dever do terapeuta despertar na vítima do abuso sexual e em sua família, inclusive o agressor, gestos positivos de amor e tolerância ao próximo. Isso não implica que, em alguns casos, não seja terapêutico afastar o agressor da vítima (Araújo, 2002). Madanes também concorda com essa visão deixando claro que é preferível retirar o agressor do convívio familiar, entretanto, afirma que caso isso não seja possível deve-se retirar a criança e/ou adolescente que sofreram a agressão e levá-las para a residência de um outro familiar, e não para a casa de um desconhecido.

Além do encorajamento dos membros da família para a liberação do perdão, deve-se trabalhar na criança e/ou adolescente violentado sexualmente, uma nova construção na sua maneira de ser ver após o abuso (Azevedo e Guerra, 1989). Isso



porque devido à brutalidade de tal ato, que faz com que parte das vítimas não se sintam capazes de terem na vida adulta, um relacionamento sexual saudável, na verdade, muitas chegam a fase adulta sem saberem manter qualquer tipo de relacionamento social. Caso o terapeuta consiga alcançar êxito em ajuda aos membros da família a perdoar, principalmente a vítima, nota-se que um fator resiliente foi construído e desenvolvido na mesma, que poderá partir do perdão para sanar outras dificuldades pessoais ao longo de sua vida.

Gonçalves (2003, p.25) menciona que alguns fatores individuais, relacionais e sociais poderão auxiliar as crianças e/ou adolescentes a melhorarem sua resiliência frente à violência sexual. As mesmas serão descritas da mesma forma apresentada pela autora:

- Capacidade de tentar ultrapassar ativamente a situação traumática, em vez de reagir passivamente
- Competência cognitiva
- Experiências de eficácia própria, de auto-estima positiva e de autoconfiança
- Características do temperamento (atividade, persistência, flexibilidade e motivação)
- Relações estáveis pelo menos com um dos doadores de cuidados
- Modelos de comportamento e um clima educativo aberto e de apoio que encorajem as atitudes positivas face aos problemas
- Suporte social fora da família

Mais uma vez deve-se destacar que a resiliência não se trata de um fenômeno inato e estático, trata-se de um conceito evolutivo e interativo, que irá depender, em sua maioria, da qualidade nas relações familiares, principalmente pais, crianças e/ou adolescentes e das demais relações sociais.

Portanto, quanto mais houver uma postura terapêutica e até mesmo social, enfatizando a vítima do abuso sexual como sendo incapaz de reerguer-se frente a essa problemática, mais inerte frente a este grave problema a criança e/ou adolescente se tornará. Isso não quer dizer que as vítimas dessa tortura não devam ser protegidas por pessoas mais velhas, porém, devem ser incentivadas a buscar uma vida de normalidade, com a garantia de que estão protegidas (Santos, 2001). Essa preocupação é levantada, devido observar-se que em alguns casos de violência sexual a criança e/ou adolescentes são impedidos de seguirem o curso de

suas vidas, devido uma superproteção exagerada por parte de alguns familiares sendo em sua maioria, a mãe. Essa postura pode influenciar negativamente na superação da criança frente ao fenômeno.

MacNamee (1998) para apresentar uma proposta de superação de crises, propõe uma análise do que se entende por crise. Isso será de suma importância para o presente trabalho, uma vez que o abuso sexual deve ser considerado uma situação de crise. A autora inicia a discussão a partir da análise de duas idéias populares que indicam que uma pessoa está em situação de crise. A primeira noção é a de que crise é caracterizado como uma situação difícil, vivida por uma pessoa, que frente a essa situação torna-se impotente e incapaz de superá-la. A segunda entende a crise como um processo natural na vida de um indivíduo, ou seja, não sendo quase que possível enxergá-lo sem uma previsibilidade crítica. Ambas as visões, segundo a autora, apontam a crise como uma propriedade particular dos indivíduos. Sendo assim, enfatizam que a Psicologia é a ciência mais indicada para trabalhar com as crises dos indivíduos.

A referida autora descreve a crise como processo de separação, a partir da análise da origem do termo, que indica que situação de crise como um processo de separação dos outros membros familiares e sociais. McNamee (1998, p.255), baseada em Minuchin, afirma que “as famílias terão problemas se, por exemplo, as fronteiras entre as gerações forem muito difusas ou muito rígidas.”

Sendo assim, propõe que sejam redefinidas ou deslocadas as fronteiras dentro de uma família que vivencia uma situação de crise, e afirma que “possibilidade de deslocar ou redefinir uma fronteira se torna possível quando os participantes negociam cooperativamente a necessidade desta redefinição” (McNamee,1998, p.225). Isso possibilita afirmar que nos casos de abuso sexual precisa estar bem claro para os envolvidos, as novas fronteiras que deverão ser estabelecidas para que tal ato não ocorra mais. Aquilo que não será proveitoso para a família dever ser deslocado afim de não causar outros danos.

### 2.3.2 Construção de sentidos e da realidade – uma proposta terapêutica

O'Hanlon (1998) afirma que parte da literatura e propostas terapêuticas atribuem ao abuso sexual tendências objetivistas e patológicas. Isso porque, geralmente procuram enquadrar todas as pessoas em uma mesma sintomatologia, não compreendendo que uma mesma situação será encarada de maneira diferente por cada pessoa, simplesmente pelo fato de que cada ser humano é único, ou seja é ímpar.

O manejo terapêutico sugerido por este autor visa valorizar a narrativa e as lembranças apresentadas pelo cliente durante a terapia. Isso implica dizer que não se trata de uma terapia que vai estimular as sensações da vítima durante o abuso sexual, porém, o autor não considera errado esse manejo terapêutico utilizado por algumas abordagens, apenas acredita que, limitar-se a ajudar a pessoa a dar seqüência em sua vida, olhando apenas para o presente e futuro é suficiente para que haja superação.

Tendo em mente que o objetivo de toda terapia é de estimular o indivíduo à superação de suas dificuldades, ou seja, estimular no mesmo a capacidade que ele tem para encarar suas crises e reconstruir-se a partir delas, concordamos com O'Hanlon (1998) quando afirma que em casos de abuso sexual, quando houver um enfoque para que a pessoa reviva os momentos de abuso e através da fala, o terapeuta enfatizar apenas as fraquezas dela como vítima, isso pode levar a terapia a ter efeitos desestimulantes.

O trabalho do terapeuta, precisa estar voltado para a solução do problema, melhor dizendo, é preciso ajuda-la a ver as coisas de uma maneira diferente, com perspectivas melhores. Isso indica que é necessário construir com crianças e adolescentes novas possibilidades de mudanças para suas vidas.

Ferrari (2002) sinaliza que em casos de abuso sexual infantil ocorridos dentro da família, além do atendimento individualizado à vítima, é necessário que se desenvolva também um atendimento à família. A autora acredita que, quando ocorre o abuso sexual intrafamiliar é porque os papéis familiares estão trocados, sendo difícil para que os membros da família percebam. Sendo assim, propõe que o foco da terapia deve ser o de auxiliar a família a reconstruir os papéis e os sentimentos

que um tem pelo outro, afim de que haja uma reorganização de sua dinâmica. Essas idéias serão melhor apresentadas nesta parte do trabalho.

Maturana, citado por Santos (2002) destaca que o homem procura, continuamente, compreender e dar sentidos as suas experiências diárias e que a interpretação que faz dessas experiências é resultado da estrutura que possui no exato momento e que se constitui na forma atual, a partir das experiências e trocas com o meio externo. Tal afirmação é, em muito, coerente e viável para o que propomos apresentar nesta parte do trabalho, que terá como objetivo atrelar a idéia de construção ao conceito de resiliência, apresentado anteriormente.

Ao propor-se trabalhar um caso de abuso sexual infantil, é necessário ter claro a idéia de que tal fenômeno não deve ser analisado como motivo determinista na vida das pessoas que o sofreu. Isso implica na idéia de que muitas teorias e propostas terapêuticas visam patologizar e enquadrar todas as vítimas de uma violência sexual na infância como incapazes, muitas vezes, de seguirem o curso de suas vidas, em decorrência deste ato (O'Hanlon, 1998). Este autor propõe, então, o que denomina de *Terapia Colaborativa Orientada para a solução*, 1998, desenvolvida juntamente com Weiner Davis.

Para que seja possível assimilar a proposta destes autores, é necessário compreender que qualquer que seja a experiência, negativa ou positiva, que vários indivíduos estejam sujeitos, cada um terá sua maneira de reagir frente a essa experiência, criando e até mesmo recriando novas significações para sua vida. Tais significações estarão de acordo com o contexto familiar/social e com as experiências pessoais adquiridas no percorrer de suas vidas (Santos, 2002).

Sendo assim, O'Hanlon afirma que o terapeuta deve valorizar as lembranças que o cliente apresenta durante a terapia, direcionando-o para ações que busquem soluções para o abuso sexual. Por este motivo, acredita ser desnecessário que o terapeuta insista em direcionar o cliente às narrativas que reproduzam as sensações vividas durante o abuso sexual, acreditando que essa forma de condução possa levar a terapia a ter efeitos desestimulantes. Sugere-se, então, que a terapia em casos de violência sexual deve, em primeiro, ser construída a partir da co-criação de um problema que deve ser elaborado tanto pelo terapeuta quanto principalmente pelo cliente. Segundo ele é dever do terapeuta estar atento para o conteúdo do problema co-criado, é preciso estar evidente que, a resolução do mesmo dependerá

do sentimento de capacidade apresentado pelo cliente. Porém, apresenta a idéia que o terapeuta pode criar problemas de rápida solução.

De forma alguma a autora deste trabalho pretende desmerecer as abordagens que trabalham a partir das revivências do abuso sexual como passo inicial para a recuperação da vítima, até porque cada indivíduo, criança ou não, se adequará à abordagem que melhor atender as suas demandas pessoais. Porém concordamos com O'Hanlon de que a valorização da narrativa e das lembranças apresentadas pelo cliente durante a terapia seja mais viável para ajuda-lo a perceber as habilidades que possui para superar suas adversidades, tendo em vista que este deve ser o objetivo de toda terapia que propõe trabalhar com vítimas do abuso sexual na infância ou na adolescência.

Neubern (2004, p.61) compartilha deste posicionamento, pois no entender deste autor “não é necessário que o paciente tome consciência das causas de seu problema (*insight*) para poder eliminá-lo ou administrá-lo, pois os processos de mudança podem tomar os mais distintos rumos.” Assim, podemos afirmar que as crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual intrafamiliar não precisam ser estimuladas a reviverem seus abusos, para que com tais práticas venham obter novas significações para suas vidas.

Para tanto, a autora do presente trabalho posiciona-se contrariamente, como temos demonstrado ao longo desta pesquisa, as posturas familiares, sociais e até mesmo terapêuticas que insistem em vitimizar, ainda mais, as crianças e adolescentes que sofreram o abuso sexual, transmitindo a elas que não são capazes de enfrentar e reconstruir-se após o abuso sexual. Tal posicionamento não implica que desconsideramos ou desmerecemos as conseqüências, para os que sofreram tal ato, porém, objetivamos a importância de se estimular, desde cedo, na criança as potencialidades que a mesma tem para aprender questões de todos âmbitos de sua vida, inclusive suas habilidades frente às dificuldades que a vida lhe apresenta.

A dor e o sofrimento devem ser reconhecidos e tidos como importantes pelo terapeuta, põem, o que deve ser objetivado durante o processo terapêutico é a abertura de visão para as possibilidades de mudança (O'Hanlon, 1998). É necessário que o terapeuta tenha em mente a importância que precisa dar a esses elementos, porém de maneira que não os sobreponha às habilidades individuais de seu cliente.

Neubern (2004) destaca que a ausência de uma realidade única, o que implica na existência de inúmeras realidades construídas em diversos contextos, possibilitam e favorecem maiores possibilidades de resolução do cliente e terapeuta. Isso indica uma possibilidade maior do cliente construir novas razões de estar bem consigo e com o universo social do qual faz parte. Um passo importante para a mudança, segundo este autor, consiste em uma simples proposta de um contexto em que as idéias são construções.

Ferrari (2002) observa que os casos de abuso sexual infantil ocorridos dentro da família existem porque os papéis familiares estão trocados, sendo difícil para os membros da família perceberem esta troca. Sendo assim, propõe que o foco da terapia seja o de auxiliar a família a resignificar os sentimentos de uns pelos outros e a reconstruir e redefinir os papéis de cada um a fim de que haja uma reorganização da dinâmica familiar.

Isso implica dizer que o foco da terapia dever estar voltado para o auxílio das crianças e/ou adolescentes vítimas da violência sexual, bem como de suas respectivas famílias no que tange à percepção das possibilidades de superação de um ato que abala e desnorteia suas vítimas, seus familiares e âmbito social.

Retomando a visão de que ser resiliente não implica em ser invulnerável às dificuldades da vida, e sim em ter potencialidades para a superação das mesmas, nota-se que o conceito de resiliência atrelado à visão de construção de sentidos e construções da possibilidade de se tornarem pessoas felizes, capazes de transmitirem essa felicidade às pessoas que a cercam.

### **3. CONCLUSÃO**

Esta monografia objetivou destacar a capacidade que o homem tem diante de suas adversidades, superando-as e criando novas construções do seu ser, transformações essas que são perceptíveis e notadas nos diferentes espaços sociais que interagem com ele.

Acreditamos que, com o enfoque sistêmico e pós-modernista, tenhamos alcançado o que traçamos como metas desta pesquisa, uma vez que ambos compreendem o homem como sendo um ser integrado à família e rede social, capaz de resolver seus conflitos, reconstruindo suas relações, organizando os sistemas que está inserido e dessa forma, reconstruindo-se a si mesmo.

Com este objetivo, consideramos que o conhecimento do que seja o homem inserido em uma rede social e a influência desta a vida do mesmo, fosse essencial para a compreensão do que é esse homem diante dos problemas que surgem durante sua vida e quais os recursos criados por ele, com ou sem o auxílio terapêutico, para superar as adversidades.

Para que esta análise fosse precisa, buscamos compreender o olhar social para crianças e adolescentes ao longo da história da humanidade, uma vez que essa informação era relevante por este trabalho estar diretamente voltado para a capacidade que estes têm para superarem o abuso sexual ocorrido dentro da família. Percebemos então, que já houve avanços a este respeito, porém, notamos que ainda seja preciso rever questões ainda incoerentes na sociedade. Uma delas é termos uma lei que propõe a proteção moral e a integridade física às crianças e adolescentes, porém, ao mesmo tempo não intervém, pelo menos de maneira eficaz, ao nosso ver, no convite à precocidade sexual feito todos os dias pela mídia à infância e adolescência.

Percebemos que desde o nascimento, a criança é influenciada pelo meio que vive, sendo este o local onde a mesma aprenda a construir seus sentidos, sendo sua resiliência construída e dependente do que lhe transmitem e possibilitam ao longo de sua história de vida. Porém é importante mencionar que, ainda assim, é capaz de superar seus problemas.

Temos consciência de que este trabalho deixou de considerar outros aspectos que pudessem ser válidos para a compreensão do processo de resiliência como todo, até porque, o tema escolhido é complexo, e falar do homem e suas

habilidades será uma busca constante das ciências humanas, por ser o nosso objeto de estudo, transformador e inovador a cada instante. Esperamos, no entanto, que as questões aqui abordadas possam gerar outras que poderão dar-lhes continuidade ou contrapor-se a elas. Para tanto, consideramos que este trabalho indica um caminho para a atuação, ainda mais precisa dos profissionais que acompanham e propõem um bom trabalho com vítimas do abuso sexual, por isso o consideramos um anteprojeto.

Destacamos, também, a relevância do presente trabalho para a evolução do nosso arcabouço teórico e profissional e pessoal. Durante todo o trabalho sofreremos profundos e válidos questionamentos e reflexões acerca do ser humano, principalmente, suas habilidades em inovar, realizar e criar novas possibilidades para sua vida pessoal, familiar e social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZARRAY, Mayte R.; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 1998, v.11, n.3, p.559-578.

ANDOLFI, M. *Terapia familiar*. Lisboa:Vega, 1989.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e Abuso Sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, p. 3-11, jul./dez 2002.

BASS, Ellen.Introdução: Na própria verdade está a cura. In: THORNTON, Louise; BASS, Ellen. *Nunca contei a ninguém*. São Paulo: Harper & Row do Brasil,1989.p. 13-50.

CECHINN, Gianfranco. Construindo possibilidades terapêuticas. In: GERGEN, Kenneth; McNAMEE, Sheila. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.106-116.

CHAUÍ, Marilena. *Participando do debate sobre mulher e violência: Uma perspectiva Antropológica da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VENCINA, Tereza Cristina. Sexualidade e violência. In: \_\_\_\_\_ (org). *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática*. São Paulo, 2002. p. 114-121.

FORWARD, Susan; BUCK, Craig. *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

FURNISS, T. *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GARCIA, Márcia Cavalhero. Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VENCINA, Tereza Cristina. *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática*. São Paulo, 2002.

GONÇALVES, Maria José. Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. *Análise Psicológica*, Lisboa, 2003, v.1, n. 21, p. 23-30.

HUTZ, C; KOLLER, S; BANDEIRA, D. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situações de risco. *Coletâneas da Anpepp*, Porto Alegre, v.1,n.12, set. 1996. p.78-86.

LEVISKY, David Léo (org.). *Adolescência e Violência: Conseqüências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 19-34.

MADANES, Cloé. *Sexo, amor e violência: Estratégias para a transformação*. Campinas: Editorial Psy, 1990.

NEUBERN, Maurício. *Complexidade e psicologia clínica: Desafios Epistemológicos*. Brasília, Editora Plano, 2004.

PERALVA, A . *Violência e Democracia – O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SLUZKI, Cláudio E. *A rede social na prática sistêmica – Alternativas Terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

TIBA, Içami. *O executivo e sua família*. 7ed. São Paulo: Editora Gente, 1998.

\_\_\_\_\_. *Quem ama educa*. 40ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

YUNES, Maria Ângela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num. esp., p. 75-84, 2003.